

Nova ordem mundial (ANDRÉ BIANCARELI)

O NOTICIÁRIO VEM trazendo sinais de alerta mesmo para aqueles não familiarizados com o jargão econômico. As expressões não parecem tranquilizadoras: crise no sistema monetário, guerra cambial, desvalorizações competitivas, questionamento da moeda reserva. A reportagem reproduzida nas páginas anteriores (e disponível em www.cartanaescola.com.br) vai além dos fatos aparentes e das rasas análises de conjuntura, colocando os problemas em perspectiva. Várias das questões levantadas merecem aprofundamento. Concentremos a atenção naquelas que envolvem as moedas.

Moedas nacionais e seus papéis internacionais

Uma moeda nacional é, por definição, um ativo que consiga cumprir três funções básicas. Ela deve servir como (I) unidade de conta; (II) meio de pagamento; e (III) reserva de valor. Transportada essa definição para o plano internacional, a importância das moedas varia em função do exercício destas mesmas funções fora das fronteiras nacionais.

Serão mais relevantes as moedas que, em maior medida, conseguirem (I) faturar o comércio internacional e os contratos financeiros, além de balizar cotações internacionais (como os preços de commodities e as taxas de câmbio); (II) liquidar transações internacionais (ser a moeda-veículo); e (III) denominar os contratos financeiros de todos os tipos e preservar o valor da riqueza financeira, servindo como "refúgio" de investidores privados e destino da aplicação das reservas internacionais dos bancos centrais.

Do somatório de todas essas funções internacionais resulta a imagem de uma pirâmide monetária. O dólar estadunidense ocupa (há muito tempo) o topo, algumas poucas moedas se situam em posição intermediária e várias outras preenchem a base. Ou seja, exercem de maneira insignificante os papéis da moeda fora de suas fronteiras.

O que se discute são os movimentos, ou as propostas, que poderiam desalojar o dólar dessa posição de destaque, com maior ou menor grau de coordenação. Tais processos de transição de hegemonia monetária nunca foram rápidos nem suaves. Antes de apresentá-los, é válido indagar: quais são as vantagens de emitir a moeda reserva?

No topo da pirâmide

Toda autoridade monetária, por definição, auferir a chamada seigniorage: a diferença entre o custo para produzir a moeda e seu valor efetivo. Esse ganho, quando se trata da moeda reserva internacional, é ainda maior. Seu emissor tem a prerrogativa de definir a taxa básica de juros do sistema, o piso para todas as outras. Em decorrência, esse país pode se endividar externamente em moeda doméstica. Ou seja, pode comprar mais bens e serviços do que vende ao resto do mundo, compensando a diferença com a atração de fluxos financeiros denominados em sua própria moeda.

Trata-se de um privilégio formidável, ou exorbitante. Na prática, essa economia pode crescer sem se preocupar com sua posição externa, automaticamente equilibrada pela manipulação da taxa de juro e pela variação no seu endividamento (garantido, em última instância, pelo poder de emitir). Os demais participantes é que têm de se adaptar: regulam seu ritmo de crescimento, suas exportações e importações (e às vezes suas taxas de câmbio) para moderar o acúmulo de passivos externos em uma moeda que não emitem.

Essa descrição geral, no entanto, comportou variações de acordo com o lastro das moedas reservas. E isso também ajuda a entender as diferenças entre os padrões e sistemas monetários internacionais.

O lastro das moedas e a evolução dos padrões monetários

O que dá valor a uma moeda? Em diferentes períodos da história do capitalismo, a resposta esteve vinculada a um fator exógeno: o "lastro em ouro". Aceitava-se retê-la porque se acreditava que seria conversível em ouro; uma determinada quantidade de libras, ou dólares, seria as good as gold. Na prática, a relação entre o estoque de ouro nos bancos centrais e a quantidade de moeda em circulação (nas suas várias formas) nunca foi bem comportada, mas o importante era essa referência externa de valor.

Esse apego ao ouro, entre outras consequências, impunha às relações internacionais um modo específico de funcionamento. O emissor da moeda reserva tem os privilégios já comentados, mas precisa evitar os déficits sistemáticos em suas Transações Correntes e as flutuações de sua taxa de câmbio. No primeiro caso, os déficits significariam elevação das dívidas líquidas, e os credores externos passariam a ter crescentes direitos sobre o estoque de ouro da economia central. Isso pode gerar desconfiança na real conversibilidade daquela moeda – o que também ocorreria caso sua taxa de câmbio não se mantivesse fixa.

Tanto no período do Padrão-Ouro (1870-1914) quanto durante a vigência plena do arranjo de Bretton Woods (1945-1971), a hegemonia monetária – respectivamente, da libra esterlina e do dólar – funcionou com esses contornos. E terminou por essas razões, entre outras.

Daí decorre a diferença do sistema monetário atual em relação aos anteriores. Diante da necessidade de aumentar a sua competitividade e ao mesmo tempo recuperar a confiança no dólar, o governo americano decide, em 1971, cortar o vínculo com o ouro. A partir de então, a moeda deixa de ser conversível e passa a ser fiduciária. Após uma fase de transição e desvalorização, a “diplomacia do dólar forte” de Ronald Reagan e Paul Volcker reafirma o seu status de moeda reserva, em novas bases, no início dos anos 1980.

O lastro dessa hegemonia monetária deixou de ser, portanto, qualquer relação real ou imaginária com o estoque de ouro em Fort Knox. Entra em cena o poder financeiro do dólar: a confiança deriva da profundidade e sofisticação do sistema financeiro daquele país, a começar dos títulos da dívida pública. Ter sua riqueza ali alocada significa ter acesso aos mercados mais líquidos e seguros do mundo. Assim sendo, as restrições ao exercício da hegemonia monetária são ainda menores. O padrão dólar-flexível significa que os Estados Unidos podem fazer política econômica só com objetivos domésticos, podem ter déficits em conta corrente e se endividar no exterior, e ainda podem flutuar sua moeda sem grandes problemas. Tudo isso vem acontecendo de maneira intensa nas últimas três décadas. Se essa é a situação, de onde viria a crise desse sistema monetário?

Transição?

A crise financeira internacional acabou por explicitar as contradições desse arranjo, mesmo não sendo ela produto direto dos chamados “desequilíbrios globais” (que dele decorrem). Os crescentes déficits em transações correntes nos EUA, financiados por superávits e reservas internacionais em outras economias (notadamente as emergentes asiáticas), alteraram o equilíbrio de poder financeiro global. Os credores – banco central chinês à frente – tem agora a capacidade de questionar o dólar. Sua arma é a ameaça de mudança na alocação das reservas, hoje predominantemente em títulos públicos americanos.

Não se trata de “desconfiança” ou “inconvertibilidade”, mas sim da constatação de que essa moeda já não desempenha mais papel tão predominante nas outras duas funções (unidade de conta e meio de pagamento), principalmente do ponto de vista privado. Os principais problemas monetários e financeiros dos dias atuais decorrem, em alguma medida, desse quadro. O mundo estaria então diante do fim da hegemonia do dólar?

Tudo indica que não, e a principal razão é a falta de alternativas no horizonte de médio prazo (além dos interesses chineses na manutenção do quadro).

Durante o Entre-guerras – quando a liderança econômica britânica claramente já não mais se sustentava e os Estados Unidos não podiam (ou não queriam) assumir esse papel – o mundo passou por uma turbulenta fase de transição. Na ausência de regras e instituições, e também sem uma moeda reserva claramente definida, a maioria dos países tentou crescer com base nas exportações, desvalorizando suas moedas contra o ouro. Se todos seguem o mesmo caminho, as taxas relativas de câmbio não se movem, e o resultado é apenas mais instabilidade cambial. E mais protecionismo comercial.

Tal fenômeno – as desvalorizações competitivas e suas consequências – é o grande fantasma pairando sobre a atual “guerra cambial”. Como as mudanças em curso no equilíbrio de poder financeiro global não parecem suficientes para ensejar uma solução negociada, a descrição mais fiel do cenário é a que abre a matéria da Economist: “Ninguém está satisfeito com o sistema monetário mundial. O problema é como substituí-lo”.

André Biancareli é professor do Instituto de Economia da Unicamp – Folha de São Paulo, fevereiro de 2011.

O carnaval e a importância dos ritos (CARLOS SÃO PAULO)

Para Jung, os rituais facilitam a conexão entre nossas realidades interiores e exteriores, assim como entre os mundos conhecidos e desconhecidos



No Brasil, o carnaval se expressa de um jeito próprio para cada região. É tão diversificado quanto a variedade de suas tradições. Em todos os lugares, podemos viver momentos encantados, muitas vezes perdidos lá na ingenuidade de nossas infâncias. Em nenhum espaço faltam as diversões e fantasias. Podemos participar ou assistir ao trio elétrico com os seus blocos, a Timbalada, as escolas de samba e o sambódromo, o maracatu, o frevo, o carnaboi e o boi-bumbá, etc. Com todos esses estilos e um só povo, expressamos a alegria de existirmos como uma nação, transformando as diferenças sociais em um só grito de alegria para dizer ao mundo que estamos vivos e que, neste país, o calor humano é intenso.

Essa festa brasileira, luso-afro-ameríndia, sofreu a influência da França, que se manteve hegemônica na forma de fazer carnaval. Portugal nos trouxe o entrudo e, da comédia teatral, o Rei Momo; além do zépereira, tocador de bumbo, que revolucionou o carnaval carioca e deixou a herança rítmica da cuíca, do pandeiro, do reco-reco e de outros. Também a Comédia Italiana influenciou com suas colombinas, pierrôs e os arlequins. Esta

mistura de costumes e tradições tão diferentes faz do nosso carnaval o mais famoso do mundo. Foi o que nos mostrou um estudo folkmiático (III Conferência Brasileira de FolkComunicação, 2001). No Brasil, o carnaval é irreverente, criativo e popular. Muitos ligam esta festa a espíritos malignos. Outros indivíduos a relacionam a uma liberdade plena de expressão e até se ressentem do fato de que em alguns lugares é uma festa a mais para se assistir, enquanto em outros lugares é para ser vivenciada.

Carl Gustav Jung chamou a linguagem de que é feita a matéria dos nossos sonhos e fantasias de "pensamento não dirigido". É um pensamento bem oposto ao do intelecto e ao da exposição e intuições. Nele, as regras da Lógica e da Física não se aplicam e nem tampouco os preceitos morais. À medida que saímos da infância, somos iludidos pelo "pensamento dirigido" e, sem saber, nos escravizamos às manipulações de marketing (Jung, 1973). Para uma ilustração sobre a nossa necessidade de viver o mundo encantado, bom seria assistir a um filme em casa. Algumas vezes, temos de interrompê-lo para atender ao telefone ou a outras solicitações. Quando vamos ao cinema assistir ao mesmo filme, ficamos em uma fila, compramos pipoca e depois entramos na sala escura em meio a tantas pessoas desconhecidas. Provavelmente estaremos nos aproximando mais desse mundo das trevas que habita o nosso interior e, dessa forma, o exterior e o interior se unem para mergulharmos nas emoções do filme e vivenciar de forma mais intensa a importância dos rituais.

Durkheim (1996), pai da Sociologia moderna, ao analisar os ritos, nos diz que a partilha de um sentimento comum é a única coisa importante no ritual. Aproxima-os das representações dramáticas e das recreações coletivas. Tais rituais fazem que os homens se esqueçam do mundo real para se transportar para outro mundo, onde a sua imaginação fica mais à vontade. Para ele, toda festa, mesmo que seja laica em suas origens, tem certos caracteres da cerimônia religiosa, pois traz a efervescência e o delírio, que também acontecem no estado religioso. Para Jung (1973), os rituais facilitam a conexão entre nossas realidades interiores e exteriores, como também entre os mundos conhecidos e desconhecidos. Observou que o homem primitivo (homem-criança) sempre recorreu a ações ritualísticas, tais como danças, cantos, identificação com os espíritos, etc. Esses mitos são coordenados por uma tendência humana para organizá-los, independentemente da cultura, em um comportamento padrão que sempre existiu e sempre existirá, chamado por Jung de "arquétipo".

PARA SABER MAIS - Carnaval de rua

Ferreira (2004) relata que "o Diário de Pernambuco, de 1º de março de 1852, sugeria que a pessoa que quisesse se divertir às vésperas da Quaresma vestisse sua fantasia e passeasse pelas ruas antes de se dirigir ao baile de máscaras". Com essas pessoas mascaradas transitando pelas ruas, nasceu o carnaval de rua com as suas brincadeiras. Anteriormente, existia um divertimento trazido pelos portugueses, denominado de Entrudo. Era brutal e indesejável, pois não apenas se enchiam bexigas (limões de

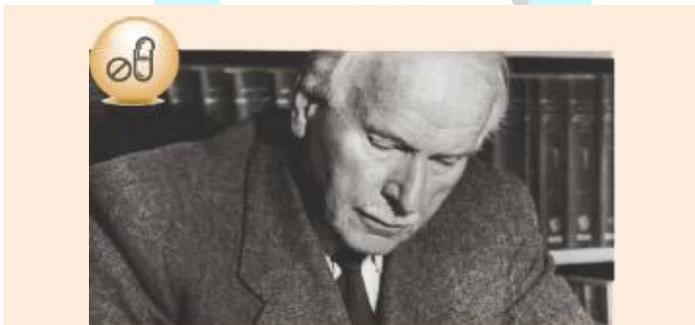
cheiro) com perfumes, para atirar nas paqueras, como também enchiam essas bexigas de urina e fezes para atirar nos outros. Foi a partir de 1830 que o Entrudo passou a ser perseguido, mas só deixou de ocorrer de fato em meados do século XX, com o início do carnaval de rua e a chegada dos lança-perfumes produzidos na Argentina, mas que também foram proibidos mais tarde pelo então presidente Jânio Quadros.

Primórdios da festança

O carnaval surgiu séculos depois que a Igreja Católica, no ano de 604, na figura do Papa Gregório I, determinou um período do ano para os fiéis deixarem de lado a vida do cotidiano. Nesse período, hoje chamado de Quaresma, os fiéis deveriam dedicar-se só às questões espirituais, para lembrar os 40 dias de jejum e provações de Jesus no deserto. No ano de 1091, já com o papa Urbano II, se fixou uma data oficial para o período da Quaresma. O primeiro desses dias passou a ser chamado de Quarta-Feira de Cinzas. No entanto, para compensar as privações dos prazeres mundanos, surgiu, por parte dos fiéis, outro ritual, precedendo a esse último, para viverem a polaridade oposta. Podese imaginar o aumento do consumo das carnes, além dos chamados "pecados da carne". Talvez por isso, esses últimos dias de fartura começaram a ser chamados de dias do "adeus carne" que, em italiano, se diz dias da "carne vale" ou do "carnevale". Essa é uma das explicações para a origem do nome desse ritual, bem como para a sua própria existência (Ferreira, 2004).



Miscigenação de cultura marca os ícones do carnaval brasileiro. Portugal trouxe o Entrudo e, da comédia teatral, o Rei Momo, além do Zé-Pereira. A Comédia Italiana, por exemplo, trouxe as colombinas, os pierrôs e os arlequins



Arquétipos de Jung - C.G. Jung trouxe importantes contribuições para a abordagem da arte, com sua proposta de compreender a psique por meio das figuras da imaginação e não apenas pelas palavras. Sua concepção sobre arquétipos fala de modelos preexistentes na psique, permitindo aos humanos viverem suas experiências paradoxalmente criativas e previsíveis. Previsíveis por suas formas modulares e universais, mas também criativas para existirem em sua singularidade. Isto porque os arquétipos, reveladores de profundas verdades individuais e coletivas, podem ser vivenciados de inúmeras formas e expressos em infinitas imagens, com poderes transformadores, chamados por Jung de "símbolos". Ao longo dos tempos os humanos valerem-se de mitos, contos de fadas, lendas e folclore, recheados de imagens arquetípicas, para explicar os mistérios de vida; para transmitir e preservar valores.

Podemos, então, conceber a ideia de dois rituais opostos entre si. Em nossa psique, uma mesma realidade é cindida em dois opostos irreconciliáveis: amor/ ódio, morte/vida, confiança/traição, puerilidade/sabedoria, profano/sagrado, dentre outros. Nenhum polo poderá existir sem o outro ser considerado. A totalidade a que os junguianos chamam de si-mesmo é um arquétipo que busca a não exclusão de tudo o que pertença à vida. Assim, vivemos para unir "carnaval" e "Quaresma", ou o profano e o sagrado, como podemos apreciar no verso da canção: "A gente se embala. Se embora e se embola. Só para na porta da igreja". Em nossas vidas, quanto mais um desses lados se acentua sobre o outro, mais o lado esquecido procura ser lembrado, apresentando-se como sintomas incômodos.

O carnaval, então, teve a sua força no místico cristão, que mortificou o corpo com a ideia de reprimir e negar os desejos naturais, criando o conceito de um Deus contra a natureza, e de uma natureza contra Deus, para alcançar a vida espiritual. No entanto, o próprio movimento da psique, regido pelo si-mesmo, encaminha o comportamento para evitar a unilateralidade. Um dos estudos de Jung foi categorizar o humano pela

forma predominante de como usa a sua consciência. Quando a consciência prefere atuar sobre o mundo, chamou-a de "extrovertido". E quando a consciência prefere entender a atuar sobre o mundo,

designou-a de "introvertido". Essas duas forças podem nos inspirar a olhar algumas culturas como a dos povos do Tibete - mais voltados à introversão -, enquanto nós, brasileiros, preferimos a extroversão. Assim, está claro afirmar que para algumas culturas introvertidas, um ritual como a "Quaresma" é mais fácil de ser vivido do que o carnaval, enquanto para outros povos, como o do Brasil, acontece o contrário, a preferência recai sobre o ritual extrovertido e, talvez por isso, tudo acabe em festa.

Psicologia dos foliões

No Brasil, por exemplo, é difícil se aceitar alguém com a sua lentidão no corpo e na psique. Tal pessoa pode ser rotulada de depressiva e muitas vezes medicamentos a ela são prescritos. Por ser introvertido pode, muitas vezes, não se adequar ao convite incessante do samba e de outras baladas da vida voltadas ao mundo das satisfações, dos negócios e do poder. No entanto, Jung afirma que os ritos religiosos, quando entendidos simbolicamente, ao contrário de ser uma fonte de ilusão, podem levar o sujeito a uma verdadeira imersão no mundo misterioso da introversão, permitindo cada vez mais tornar-se si-mesmo. A religião que provoca a culpa é fruto de uma consciência que confunde o interior com o exterior e projeta o sagrado no mundo externo.

Segundo López-Pedraza (2002), a tendência para a extroversão se traduz em uma necessidade compulsiva de sobrevivência, enquanto para se introversão e entrar em contato com essa faísca divina no interior, utiliza-se de métodos repressivos, ou até mesmo de flagelação, para se conseguir refrear esse movimento. Nossa cultura não se desenvolveu em direção à vida interior. Muitas seitas são apenas expressões do mesmo impulso extrovertido que nos legou a evolução humana nesses milhões de anos. Portanto, viver a vida interior seria fruto do esforço do ego em prol do alargamento da consciência, com o objetivo de se tornar a si-mesmo, ou seja, aquilo que Jung chamou de "individualizarr-se".

Os junguianos recorrem aos mitos para compreender a psique do homem. Trata-se de usar uma linguagem metafórica representativa do pensamento arcaico, como se toda a humanidade tivesse tido um sonho. Da mesma forma, em um indivíduo, buscamos compreender as imagens dos seus sonhos e dos pensamentos-fantasias. Recorremos a um desses mitos para refletir sobre o carnaval como um ritual. Trata-se do mito de Dioniso ou Baco. Essas imagens míticas são fontes inesgotáveis de significados para permitir a compreensão dos fenômenos humanos nelas implicados.

PARA SABER MAIS - A magia das fantasias

Nas ruas, em lugar das fardas do cotidiano, temos a liberdade das fantasias. Como diz DaMatta: "É a fantasia que permite passar de ninguém a alguém; de marginal do mercado de trabalho a figura mitológica de uma história absolutamente essencial para a criação do momento mágico do carnaval" (DaMatta, 1984, p.64). Jung utilizou o termo Trickster para traduzir a inversão da ordem hierárquica e suas predileções pelos chistes e anedotas ardilosas com as brincadeiras maliciosas. Por meio da estupidez, o Trickster consegue o que outros, com seriedade, deixam de conseguir. É um arquétipo que traduz aquilo que, ao mesmo tempo em que é bobo, é também sábio. Em nosso carnaval de rua, no lugar do Entrudo, o Trickster aparece sob a forma de sátiras criativas aos políticos, por exemplo, e também a outras situações merecedoras de contestações.

Durkheim explica que rituais como ir ao cinema e pular carnaval fazem que nos esqueçamos do mundo real para nos transportar para outro mundo, onde a imaginação fica mais à vontade





Espíritos malignos ou liberdade completa de expressão, o carnaval em todo o Brasil divide opiniões e, graças a isso, volta a atenção do País inteiro enquanto passa pelas ruas

Estado de êxtase

O culto a Dioniso é marcado pelo entusiasmo e o êxtase, por isso a devoção a esse deus sofreu oposição da aristocracia, quando tal culto surgiu no oitavo século antes de Cristo. As cerimônias em sua homenagem eram festas da primavera e do vinho. Dançavam, desmembravam animais e comiam suas carnes cruas, alcançando um estado de êxtase.

De acordo com López-Pedraza (2002), essa manifestação das energias vitais, no culto dionisíaco, se expressa de várias formas: pela dança (a expressão do corpo mais arcaica, intuitiva e emocional); pelo teatro, onde é necessário se sentir em seu próprio corpo na emoção vivida, permitindo, por meio da máscara, que a individualidade fique oculta, concedendo a permissão para comportamentos normalmente inaceitáveis; pelo sexo, a união sexual compreende a suspensão da dualidade e promove o retorno à unidade do princípio a um estado de identidade representando a androginia primordial. No mito, o deus Dioniso foi despedaçado pelas mãos dos Titãs. Essa é uma imagem muito conhecida na Psiquiatria quando se fala sobre a fragmentação do ego nas doenças mentais. A psique ficou cindida em pedaços, o que vem caracterizar a loucura.

Os junguianos recorrem aos mitos para compreender a psique do homem. Trata-se de usar uma linguagem representativa do pensamento arcaico, como se a humanidade tivesse tido um sonho

A loucura do carnaval é parte dessa necessidade humana de se libertar dos padrões vividos no cotidiano. No diálogo platônico Fedro, "Sócrates afirma que conhecemos dois tipos de loucura: uma que deriva dos males humanos e, outra, quando o Céu nos liberta das convenções estabelecidas" (López-Pedraza, 2002, apud Platão, 1973, p. 265).

Outro conceito junguiano a ser considerado no carnaval é o par de opostos arquetípicos denominado Persona / Sombra. A Persona é a máscara de como queremos ser vistos pelo outro, enquanto a Sombra é tudo o que não se tem o desejo de ser. No carnaval de rua, as fantasias permitem brincar com a sombra e até se proteger por meio de máscaras literais.

Carlos São Paulo é médico (UFBA) com especialização em Psicologia Analítica. Diretor e fundador do Instituto Junguiano da Bahia – Revista Psique, fevereiro de 2011.

Referências DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* RJ: Rocco, 1986. 111 p. DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. SP: Martins Fontes, 2003. FERREIRA, Felipe. *O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro*. RJ: Ediouro, 2004. GOMES, Antônio H. de C. *As Transformações do Samba-Enredo Carioca: entre a crise e a polêmica*. 2006. 137 f. *Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Departamento de Letras, Psicologia, RJ, 2006. III CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE FOLKCOMUNICAÇÃO, 2001, João Pessoa. Imagens norte-sul do carnaval: estudo de um fenômeno brasileiro de folkmidia. João Pessoa: UFPB, 2001. JUNG, C. G.. Símbolos da Transformação. Petrópolis - RJ: Vozes, 1973. LÓPEZ-PEDRAZA, Rafael. *Dioniso no Exílio*. SP: Paulus, 2002.*

"Femmes aux hommes" (LUIZ FELIPE PONDÉ)

MUITAS LEITORAS se queixam de que nunca falo sobre os males masculinos. Hoje, vou pagar uma parte desta dívida. Como todo homem que gosta de mulher, sou um escravo do desejo de deixá-las felizes. Que inferno... Recentemente, numa entrevista, uma jornalista me perguntou se acredito que os homens tenham medo de mulheres inteligentes. E também o que seria mais importante numa

mulher, beleza ou inteligência.

Antes de tudo, um reparo. Neste assunto, não consulte as feministas porque elas não entendem nada de mulher. Tampouco pergunte aos homens que chamam as mulheres de "vítimas sociais", porque são frouxos. Pobres diabos: mulher não gosta de covarde, mesmo que seja covarde em nome dos "direitos femininos".

A segunda pergunta (o que é mais importante numa mulher, a inteligência ou a beleza?) é fácil: a beleza vem em primeiro lugar, nunca a inteligência. Quando um homem disser pra você que ele prefere mulheres inteligentes, ele quer te pegar. Ou, pior, ele tem medo do patrulhamento das feias e das chatas, que no Brasil, graças às deusas, não crescem em número porque as mulheres brasileiras são como dizem os franceses "femmes aux hommes" (mulheres para os homens).

Por que é necessário ter coragem pra dizer que a inteligência feminina não é erotizada pelos homens? Ora bolas, porque atualmente falar para as mulheres que inteligência vale mais do que a beleza é um "dever de todo cidadão".

Uma mulher poderá fazer uma queixa contra você na delegacia da mulher caso você não diga para ela que inteligência numa mulher é fundamental. Não se engane: inteligência nunca é fundamental. Mas, não exagere para o outro lado: as burrinhas encham o saco depois de duas horas de sexo. Quanto à primeira questão (os homens têm medo de mulheres inteligentes?), a resposta é simples: sim, sempre; só os mentirosos e medrosos negam este fato. Melhor dizendo, o homem sempre tem medo da mulher, principalmente quando está interessado nela.

Segundo os darwinistas, esta seria uma característica atávica, desde a savana africana. Medo da infidelidade, medo da impotência, medo do ridículo.

Mas há sutilezas nisso tudo. O homem prefere a beleza, mas num relacionamento de longo investimento, outras características pesam, às vezes, mais do que a beleza pura e simples. Por exemplo, evidências de que ela seja fiel, boa mãe para seus futuros filhos, generosa, doce (coisa rara em mulheres excessivamente competitivas, como é comum em cidades do tipo São Paulo, mas menos comum em outras regiões, como Minas Gerais ou Nordeste onde elas são mais "sorridentes").

Beleza demais pode dar medo quando ela é sua mulher. Garanhões costumam rondar mulheres bonitas demais. Se você só quer "pousar de poderoso" com uma gostosa, tudo bem, mas se quiser viver com ela, aí a coisa pega. Para pilotar um Boeing você tem que ser competente em muita coisa, e nem sempre dá, num cenário violento e volátil como o mundo contemporâneo, onde as mulheres têm mais opção de escolha afetiva e profissional.

Por que, muitas vezes, é tão difícil para as mulheres aceitarem que a inteligência numa mulher não seja essencial? Porque, ao contrário dos homens (esses seres primitivos, insensíveis e promíscuos... risadas...), as mulheres erotizam a inteligência no homem, às vezes, mais do que a beleza pura e simples. Eu arriscaria dizer que a inteligência quando associada à coragem (virilidade) pode ser um afrodisíaco imbatível para as mulheres numa noite de calor.

Resumo da ópera: a inteligência numa mulher é um risco interno à relação porque o homem pode se sentir "menor" do que ela.

Já a beleza feminina é sempre um risco externo porque o cara sente medo de perdê-la porque sabe como os outros caras pensam. Já a inteligência num homem nunca é um risco interno à relação porque as mulheres dão nó em qualquer homem. Mas, é sempre um risco externo porque as mulheres sabem como suas parceiras pensam: se, além da inteligência, o cara tiver "atitude" (a soma disso dá em charme), aí, meu bem, se prepare para a cobiça de suas amigas.

ponde.folha@uol.com.br - Folha de São Paulo, fevereiro de 2011

Truques sem mágica (MARCELO COELHO)

DÁ PARA sair bastante feliz (e aliviado) de "O Discurso do Rei", o filme altamente "oscarizável" de Tom Hooper.

Um rei gago, um especialista em problemas de fala, uma causa nobre (unir a Inglaterra na luta contra Hitler), a atuação espantosa de Colin Firth no papel principal... O que mais se pode desejar?

Arrisco a opinião de que o filme de Tom Hooper é ao mesmo tempo adequadíssimo para ganhar o Oscar e, talvez, insuficientemente hollywoodiano. O filme não tem muitas surpresas a serem estragadas, mas aviso que este artigo menciona detalhes da sua história. Caso de gagueira extrema, o duque de York (Colin Firth) reluta em cuidar do seu problema; já se encheu de especialistas e tratamentos inúteis. Surge então, como última esperança, o australiano Lionel Logue (Geoffrey Rush),

cujo consultório caindo aos pedaços o duque visita e abandona, furioso, logo em seguida.

O espectador já sabe: essa briga inicial entre o terapeuta e o paciente (assim como outras ao longo do filme) só existe para ser superada logo em seguida, valorizando a harmonia do desfecho.

Até aí, estamos no cinema norte-americano convencional, sem maior brilho. Mas "O Discurso do Rei" foge do modelo na medida em que a história acaba sem grande milagre terapêutico.

O especialista vivido por Geoffrey Rush não descobre, como seria divertido de assistir, o método mágico de curar seu paciente da gagueira. Tudo se resume a um trabalho de paciência, com a superação de pequenas dificuldades isoladas, com exercícios de vários tipos - o que traz a vantagem de manter o espectador sempre em estado de incerteza quanto ao desempenho vocal do protagonista.

Talvez o defeito seja meu, mas fiquei a todo momento esperando que o pobre rei George e seu fonoaudiólogo descobrissem o truque, o passe de mágica que resolvesse a gagueira de uma vez por todas. O problema é que o passe de mágica, estranhamente, já tinha aparecido no começo do filme - sendo esquecido depois.

Lembrando: na primeira consulta com Geoffrey Rush, Colin Firth teve de declamar o solilóquio de Hamlet diante de um microfone. Enquanto isso, fones de ouvido faziam uma gravação de música clássica entrar em sua cabeça a todo volume.

Miraculoso resultado: sem ouvir a própria voz, o duque despachava os versos de Shakespeare sem gaguejar nada. Por que, então, não utilizar o mesmo truque, que já tinha dado certo, na hora decisiva do filme, quando o discurso real de declaração de guerra será transmitido pelo rádio aos súditos do Império Britânico? E por que, numa hipótese menos honesta, não transmitir uma gravação editada do discurso? Numa derradeira hipótese, definitivamente canalha, poderiam colocar um locutor diante do microfone e dizer que era o rei quem estava falando...

Imagino que nos dias de hoje esse recurso seria adotado sem hesitação. Nossa convivência com a artificialidade dos meios técnicos e com a desonestidade dos procedimentos políticos não encontraria nenhum grande impedimento moral a essa alternativa.

Aparentemente, na Inglaterra de fins da década de 30 havia um "fair play" político maior do que na Alemanha de Hitler e na Rússia de Stálin. Se a BBC dizia que o discurso era do rei, teria de ser do rei o discurso. Se os personagens se envolvessem numa discussão dessas alternativas, o filme de Tom Hooper talvez ganhasse em atualidade e tensão política.

A opção de "O Discurso do Rei", entretanto, é mais simples: trata-se de contar, pela centésima vez, uma bela história de superação e persistência. Soma-se isso a obsessão central de nossa época: a ideia de que, por mais rica e poderosa que uma pessoa seja, ela será sempre igual a nós (um pouquinho mais infeliz, de preferência).

Gagueiras, bebedeiras, tropeções, lágrimas, desgraças de celebridades. Mas, se possível, com final feliz. Ainda que tão humanas e fracas quanto nós, as pessoas especiais têm tarefas especiais a cumprir; e como são fortes e sobre-humanas nisso!

Superioridade de desempenho, em inferioridade de condições. É preciso ser no mínimo um duque britânico para conseguir isso. A plebe se encanta e aplaude; "O Discurso do Rei" é bom de assistir, e faz bem ao nosso espírito, impregnado de democracia e desigualdade ao mesmo tempo.

coelho@uol.com.br - Folha de São Paulo, fevereiro de 2011

Pesquisas de grupo (CONTARDO CALIGARIS)

FRANCISCO, 8, anuncia: "Preciso fazer uma pesquisa para um projeto de grupo sobre a China". Encarregado das ilustrações, Francisco "pesquisa" no Google Imagens. A impressora está em pane; alguém leva Francisco e seu pen-drive para a casa da tia, a qual interrompe seu jantar para imprimir os arquivos.

Em menos tempo (e sem mobilização familiar), Francisco poderia ter memorizado três boas páginas sobre a China, seus costumes, sua história etc. Há 20 anos, como pai, padrasto, professor e terapeuta, sou perseguido pelas "pesquisas de grupo". A moda do trabalho escolar em grupo evoca, aos meus ouvidos, a fala de colegas que, nos anos 70, improvisavam grupos terapêuticos. Os tempos são duros, eles diziam, e o paciente pagará a metade do que custa uma sessão individual.

De fato, a terapia de grupo não é uma espécie de excursão de ônibus (mais barata para os turistas e mais rentável para o cicerone): ao contrário, ela é uma forma específica de terapia, na qual a dinâmica do grupo mobiliza aspectos da subjetividade que seriam de acesso e manejo árdios numa terapia individual. Ou seja, na terapia de grupo, a existência do grupo permite algo que aconteceria

mais dificilmente numa terapia individual.

Será que o mesmo não deveria valer para os trabalhos em grupo nas escolas? O trabalho em grupo só se justificaria se ele permitir que o aluno tenha uma experiência diferente, mais rica da que é proporcionada pelo trabalho individual.

Alguns dirão que isso é o que acontece: o trabalho em grupo promove uma socialização que é crucial para a criança. Poderia responder que um pouco de solidão garante o silêncio necessário para que o aluno desenvolva uma vida interior.

Mas a questão é esta: quantos professores têm a competência e o entusiasmo pedagógicos necessários para propor um trabalho de grupo que não seja apenas uma excursão mais barata por ser de ônibus? Também faz 20 anos que ouço crianças anunciando que seu dever de casa é uma "pesquisa" - nas enciclopédias, nas revistas, nos livros dos pais, nas bibliotecas, na internet e no Google.

Ora, procurar uma palavra num dicionário, numa enciclopédia ou no Google, é, justamente, uma procura - não é uma pesquisa.

Ler dez, 20 ou mesmo 50 livros sobre um tema não é pesquisar, é apenas se informar e estudar.

Se, a partir dessas leituras, alguém costurar uma nova interpretação dos fatos, essa engenharia do pensamento será suficiente para um trabalho de conclusão de curso, para uma dissertação de mestrado e até para uma tese de doutorado, mas ainda não será propriamente pesquisa.

Fazer pesquisa significa produzir (ou almejar produzir) um saber novo, inédito.

Imaginemos que Francisco, depois de passear pelo Google, leia dez livros sobre a visão da China pelos primeiros que viajaram para lá. Isso seria estudo, não pesquisa. Agora imaginemos que, ao longo dessas leituras, ele se pergunte quais relatos de primeiros viajantes fossem conhecidos por Marco Polo.

Francisco poderia ir a Veneza e vasculhar a Biblioteca Marciana ou o Archivo di Stato até encontrar o testamento de Marco Polo, no qual o explorador talvez tivesse listado seus livros mais preciosos. Essa, sim, seria uma pesquisa (aviso, para evitar viagens inúteis: o testamento de Marco Polo já foi encontrado há tempos). Resta a pergunta: por que diabos, aparentemente, gostamos de convencer nossas crianças de que uma procura no Google seria pesquisa?

Por que diabos encorajamos trabalhos em grupo que são apenas maneiras de dividir as tarefas e minimizar o esforço? Por que, em geral, exigimos cada vez menos de nossas crianças?

A resposta usual (e certa) é a seguinte: amamos nossas crianças como continuções de nós mesmos. Para compensar nossas frustrações, queremos vê-las continuamente saltitantes e jocosas. Portanto, preferimos emburrecê-las a aborrecê-las.

Mas é preciso completar essa resposta. Amamos as crianças porque elas poderão corrigir nossa vida quando não estivermos mais aqui. É impossível que esse tipo de amor não seja contaminado por uma ambivalência, pois a vida futura das crianças é o símbolo de nossa mortalidade.

Nossa inveja (mais ou menos raivosa) pode, por exemplo, expressar-se assim: tudo bem, as crianças nos sobreviverão, só que a sua vida será inculta e chata -bem-feito, quem mandou não morrer com a gente?

ccalligari@uol.com.br - Folha de São Paulo, fevereiro de 2011 - Folha de São Paulo, fevereiro de 2011

Moderadores de apetite devem ser proibidos? SIM

Relação risco-benefício é desfavorável (FRANCISCO JOSÉ ROMA PAUMGARTEN)

A CÂMARA TÉCNICA de Medicamentos (Cateme) recomendou à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) o cancelamento do registro da sibutramina e dos demais inibidores de apetite (femproporex, anfepramona, mazindol) comercializados no Brasil.

Isso porque os riscos desses medicamentos para a saúde do paciente superam amplamente os benefícios esperados do seu uso no tratamento da obesidade.

A conclusão da Cateme foi alcançada de forma independente, após longa e criteriosa análise das evidências científicas disponíveis e coincide em essência com as conclusões anteriores das agências de medicamentos dos EUA (FDA) e da Europa (EMA) sobre a segurança e eficácia desses anorexígenos.

A sibutramina foi retirada do mercado na Europa, nos EUA, no Canadá, na Austrália e em outros países em 2010, enquanto os demais anorexígenos, na maioria dos casos, já haviam sido banidos há muito. O femproporex, que é transformado no organismo em anfetamina e tem alto potencial de causar dependência, é, no cenário internacional, quase uma singularidade do mercado brasileiro.

Nos Estados Unidos, quando contrabandeado, é conhecido como a pílula brasileira para emagrecer ("Brazilian diet pill"). A recomendação da Cateme, respaldada em nota técnica elaborada

pela Anvisa, foi contestada por prescritores e pelo setor de farmácias magistrais.

Apesar da veemência das manifestações desses setores na audiência pública e na mídia, nenhum estudo clínico ou dado científico novo foi apresentado no sentido de abalar os fundamentos da conclusão da Cateme, bem como das decisões do FDA e da EMA.

A sibutramina é o mais moderno e o mais estudado dos quatro medicamentos. O Scout (Sibutramine Cardiovascular Outcome Trial), um estudo clínico de longa duração envolvendo cerca de 10 mil pacientes obesos com doença cardiovascular, diabetes ou ambas as condições demonstrou que a sibutramina aumenta o risco de eventos cardiovasculares. O aumento de risco também é indício de que há ineficácia terapêutica.

O objetivo do tratamento da obesidade é a redução da morbidade associada ao excesso de peso, e não a redução do peso em si. Os resultados do estudo acima citado indicaram que, embora a administração de sibutramina tivesse causado perda de peso, ela foi ineficaz em prevenir a incidência de eventos cardiovasculares adversos (entre os quais infarto do miocárdio e acidente vascular encefálico) associados ao excesso de peso (na verdade a sibutramina aumentou essa incidência).

A afirmação de que o tratamento com anorexígenos contribui para reduzir a morbidade e a mortalidade associadas à obesidade não foi comprovada por nenhum estudo clínico de longa duração, controlado, aleatorizado e com poder estatístico adequado.

Os anorexígenos causam redução modesta de peso, que não é mantida após a interrupção do tratamento. Além disso, não há evidências de que a redução de peso obtida com o tratamento farmacológico diminua a morbi-mortalidade associada à obesidade.

A ausência de evidências consistentes de eficácia aliada aos severos efeitos adversos centrais e cardiovasculares observados tornam insustentável a manutenção desses medicamentos no mercado. A ausência de alternativas farmacológicas seguras e eficazes (além do orlistat) não é justificativa válida para manter no mercado medicamentos com relação risco-benefício claramente desfavorável.

FRANCISCO JOSÉ ROMA PAUMGARTEN, médico, é membro da Câmara Técnica de Medicamentos e professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011**

Moderadores de apetite devem ser proibidos? NÃO

Assim é se lhe parece (RICARDO MEIRELLES)

O TÍTULO ACIMA é de uma peça de Pirandello, que tomei emprestado para ilustrar um equívoco de nossas autoridades regulatórias.

Para propor a proibição dos medicamentos para controle do apetite e saciedade, a Anvisa superestimou os efeitos adversos e subestimou os seus benefícios.

Analisando os mesmos trabalhos que os especialistas de seis entidades médicas utilizaram para produzir a diretriz "Obesidade e Sobrepeso: Tratamento Farmacológico", integrante do Projeto Diretrizes da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina, chegaram a conclusões diametralmente opostas. Concluíram que a farmacoterapia, na obesidade, não é eficaz nem segura.

Ora, a maioria desses medicamentos está no mercado há mais de 30 anos, o que, por si só, já é uma evidência de que têm utilidade. Nenhum produto se mantém por tanto tempo à venda se não for eficaz. Por outro lado, os efeitos indesejáveis podem ser observados com qualquer fármaco, até mesmo com o uso de placebos, substâncias inertes, sem atividade farmacológica. O importante é avaliar a relação risco/benefício.

O tratamento da obesidade deve se basear, sempre, no aumento da atividade física e na orientação dietética. Alguns pacientes, entretanto, não conseguem modificar hábitos alimentares mantidos durante anos ou décadas de vida e podem se beneficiar do uso de remédios que ajudem a controlar o apetite (anorexígenos) ou a se sentirem satisfeitos com menores quantidades de alimentos (sacietógenos).

Sua prescrição sempre deverá levar em consideração as possíveis contraindicações, como doenças cardíacas preexistentes, antecedentes psiquiátricos ou hipertensão arterial não controlada.

Além disso, só faz sentido manter a prescrição se ocorrer perda de peso satisfatória; caso contrário, o medicamento deve ser interrompido ou substituído por outro. Se efeitos adversos fossem motivo para a retirada de um produto farmacêutico do mercado, os corticoides, tão úteis para tratamento de processos alérgicos e inflamatórios, deveriam ser banidos, pois podem causar aumento de peso, hipertensão arterial, osteoporose, necrose da cabeça do fêmur, psicose e até suicídio.

A morfina, imbatível para o tratamento de dores intensas, também deveria ser proibida, por causar dependência. Não passaria pela cabeça de ninguém fazer isso, tendo em vista os benefícios que esses medicamentos produzem.

No caso da obesidade, já se demonstrou que perdas de 5% a 10% do peso corporal já trazem redução do risco de diabetes e doenças cardiovasculares e que não é preciso atingir o peso ideal para obter os benefícios do tratamento.

No caso específico da sibutramina, a própria nota técnica da Anvisa reconhece que há estudos na literatura que corroboram sua eficácia para tratamento da obesidade a longo prazo. O motivo para a proibição seria um possível aumento do risco de eventos cardiovasculares.

Isso, entretanto, só aconteceu em pacientes que já tinham um passado de doença cardiovascular, o que é uma contraindicação assinalada na própria bula do produto.

Não há qualquer evidência científica de que haja aumento de risco para pacientes sem história prévia de distúrbio circulatório.

Se usados com critério, respeitadas as indicações e contraindicações, os medicamentos para controle do apetite e da saciedade são úteis e auxiliam na perda de peso e na prevenção das consequências da obesidade. Em lugar de retirá-los do mercado, é preciso fiscalizar e coibir a prescrição incorreta, abusiva e antiética.

RICARDO MEIRELLES é presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011.**

Tolerância zero (RITA SIZA)

OCASIONALMENTE, O fenómeno da violência vem parar às páginas do esporte. Aqui em Portugal aconteceu esta semana: um rodapé no relato do dérbi lisboeta Sporting x Benfica -os visitantes ganharam de 2 a 0, e a polícia carregou à bastonada sobre os torcedores que atiravam foguetes e arremessavam cadeiras arrancadas da bancada.

"Escaramuças" como essas tornaram-se tão vulgares e repetitivas que, a não ser que os descatos alcancem um grau nunca visto de espetacularidade e abuso ou então provoquem um número anormal de vítimas, já nos habituamos a descontar os acontecimentos como rotina. Não devíamos fazer isso. A violência no futebol - quer dizer, no esporte em geral - é o sintoma de uma sociedade em crise.

Por isso, em vez de olharmos para o lado, assobiando para disfarçar, ou de enfiarmos a cabeça na areia como um avestruz, devíamos ficar indignados cada vez que uma coisa dessas acontece. Concorrência e competição são uma coisa saudável e contribuem para o espetáculo e a festa que é o futebol; vandalismo, intolerância e violência são degradantes e inaceitáveis.

Chega de dizer, sempre que acontece, que o problema é de umas maçãs podres. Que temos de compreender quando um pai de família se transforma num bicho, insultando ou destruindo tudo e todos que vê pela frente "por amor" ao seu clube - ele, que nunca grita a ninguém...

E não vale mais prometer que "serão tomadas medidas". Não podemos ficar resignados com isso. Francamente, confesso que não sei qual está a ser, aí no Brasil, o resultado prático do novo Estatuto do Torcedor, que foi aprovado para conter e controlar o fenómeno do "hooliganismo".

Deste lado, onde supostamente tudo tem de funcionar segundo as regras homogéneas da União Europeia, chegamos à situação ridícula em que um torcedor não pode entrar no estádio com um pacote de bolachas, mas as organizadas conseguem "contrabandear" petardos e outros explosivos, ou, a novidade da temporada, bolas de golfe. No outro dia, até uma galinha viva foi filmada na bancada.

Quando o "hooliganismo" ameaçava destruir o futebol inglês, as autoridades agiram sem contemplações. A polícia deteve os desestabilizadores, que nunca mais puderam entrar num estádio. Os clubes recusaram dar cobertura aos vândalos e selvagens. A sociedade condenou, efectivamente, a violência nos estádios. E, com a certeza de que mais ninguém estava em risco, as partidas encheram-se de gente, famílias inteiras, que cantam pelo seu time e fazem de cada jogo não uma batalha, mas uma festa.

RITA SIZA é jornalista portuguesa do diário português "Público" desde 1995, trabalha há cinco anos como correspondente em Washington e escreve aos sábados no jornal "Folha de S. Paulo" - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011.**

Como tornar a relevância irrelevante (ANTONIO ATHAYDE)

"PRIMEIRA LEI: Um robô não pode ferir um ser humano ou, por omissão, permitir que um ser humano sofra algum mal. Segunda Lei: Um robô deve obedecer às ordens que lhe sejam dadas por

seres humanos, exceto nos casos em que tais ordens contrariem a Primeira Lei. Terceira Lei: Um robô deve proteger sua própria existência desde que tal proteção não entre em conflito com a Primeira ou com a Segunda Lei." (Isaac Asimov).

As leis que presidem a existência dos robôs, estabelecidas pelo genial Isaac Asimov, ganham relevância nos dias de hoje, quando os robôs reais, não aqueles criados à imagem e semelhança dos humanos dos livros de ficção, estão no dia a dia de pessoas e empresas.

Sem notar, milhões de usuários dos buscadores (Google, Bing etc.) são servidos por robôs.

Tais "máquinas" percorrem os sites da rede colocando algum tipo de ordem nesse "Woodstock eletrônico", de modo a tornar possível ao internauta localizar informações de seu interesse dentre os exabytes à sua disposição. O trabalho não é só localizar as informações, mas também mostrá-las de modo resumido e ordenado, para que se possa selecioná-las dentre as alternativas apresentadas.

Que critérios definem as informações que devem aparecer em primeiro lugar, dentre as centenas ou milhares que satisfaçam aos critérios da pesquisa? Como reza a segunda lei da robótica, as "search engines" prestam rigorosa obediência aos humanos que as criaram.

O Google deve sua existência a um algoritmo mágico que revolucionou a maneira de usar a internet, tornou bilionários seus criadores e define os critérios de relevância que determinam que informações são exibidas na tela do internauta e em que ordem. Curiosamente, no admirável novo mundo que criou, Aldous Huxley previu que todas as dúvidas e que a insegurança dos cidadãos seriam dissipadas com o consumo de uma droga, sem efeitos colaterais, denominada "soma".

Seria essa droga o Google? Teria o seu uso "efeitos colaterais"? Analisemos um caso em que a importância dos robôs se torna decisiva: os agregadores de notícias. Essa variedade de robô tem a pretensão de saber, a partir da localização geográfica do usuário, exatamente que fontes de notícias deverão ser buscadas. É também seu papel definir a relevância dos veículos de comunicação em que encontrou a notícia. A ordem de apresentação na tela reflete a relevância atribuída a cada um deles.

O Google afirma que sua missão é "organizar as informações do mundo todo e torná-las acessíveis e úteis em caráter universal".

Quero saber a situação da Líbia; são 15:30 do dia 23/2, e digito "SITUAÇÃO LÍBIA" no Google News. O resultado: "Conselho de Direitos Humanos da ONU aborda situação da Líbia (Angola Press - há sete horas)". Interesse-me pela Itália: digito "PROCESSO BERLUSCONI" e meu resultado é "A "batalha final" contra Berlusconi (PlanetaOsasco.com - há 13 horas)". E sobre os 90 anos da **Folha**?

"Dilma na cova dos leões; aniversário do jornal **"Folha"**(PlanetaOsasco.com - há 3 horas)".

Os indianos que definem a "relevância" de notícias não sabem o que realmente interessa a um habitante da cidade de São Paulo, que gosta de ler a **Folha** e "O Estado de S. Paulo". O algoritmo parece ter perdido o ritmo.

Faça, leitor, algumas experiências. Fontes para nós irrelevantes, sites que fazem "copia e cola" de notícias, jornais de cidades periféricas (importantes, é claro, para os felizardos que nelas moram), nos são apresentadas em primeiríssimo lugar pelo Google News, numa demonstração de "relevância" absolutamente incompreensível. São mesmo gênios os caras...

ANTONIO ATHAYDE, 65, engenheiro, é consultor da ANJ (Associação Nacional de Jornais). Foi executivo sênior da Rede Globo, Globosat/NET Brasil, Globopar, Rede Bandeirantes e SBT. Trabalhou como consultor da Telefônica para projetos de TV na América Latina e para o Grupo Abril - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011**.

Respeito à própria intimidade (ROBERTO SOARES GARCIA)

A FALTA DE RECATO com a própria intimidade, revelada sem pejo em algumas páginas da internet, nas telas do "Big Brother" e nas traseiras de automóveis, onde se veem grudadas figurinhas representativas da composição da família proprietária, constitui, em um primeiro olhar, exercício de direito à autoexposição.

Pondero, para a reflexão do leitor, que o abuso desse direito à imagem escancarada poderá levar à supressão do direito fundamental à privacidade, abrindo espaço para a ditadura do monitoramento oficial ilimitado. A perda de espaço destinado à intimidade, como se lembram os que leram "1984", é característica de regimes autoritários.

Sociedades democráticas prezam os direitos de minorias, em especial o direito da menor minoria possível, que é o indivíduo.

Não foi por acaso que, pós-ditadura, a Constituição destinou seu dispositivo mais extenso à tutela de direitos individuais: o artigo 5º tem 78 incisos e diz, ao fim, que o rol não é exaustivo, o que

confere a todos nós proteção contra o Estado, que não pode atentar contra a intimidade do cidadão, bisbilhotando, sem autorização judicial, sua movimentação bancária ou suas comunicações telefônicas; se o fizer, o indivíduo pode recorrer ao Judiciário para resguardar seus direitos.

É, contudo, no exagerado exercício individual do direito de abrir mão da privacidade que mora o problema. Se considero normal informar ao estranho que vai à traseira do meu carro que somos cinco em casa, como poderei exigir da loja da esquina a manutenção em segredo do cadastro que lá preenchi?

Por que o fiscal do Imposto de Renda deveria se privar de vasculhar minha conta corrente se tuíto a todos os que me "seguem" o quanto gastei no final de ano em determinado shopping? Como sustentar que a polícia não pode ouvir minhas conversas telefônicas se divulgo detalhadamente todos os meus pecados, fotografados ou filmados, no Orkut?

Em resumo: se não velo pelo que me é próprio, pela minha intimidade, por que o Estado estaria obrigado a velar? A resposta, por ora, está na vigência da lei, que me autoriza a divulgar meus segredos e veda ao Estado acesso indiscriminado à minha intimidade.

Mas a legitimidade da lei está no eco que seus comandos encontram na sociedade. Se a norma visa proteger o que o indivíduo não se importa mais em perder, a vida da tutela ao direito será curta. Ao abrir reiteradamente mão do resguardo da intimidade como vetor de vida, o cidadão, sem perceber, leva a sociedade para um modelo autoritário, em que o indivíduo e a privacidade não importam.

Já que, por definição, se descartam intervenções que substituam o próprio cidadão nas decisões sobre sua intimidade, a solução está no alerta para que, em nossas condutas, cada um preze um pouco mais por sua privacidade. Esse cuidado responsável e voluntário não trará prejuízo. Já o descuido poderá ser fatal até para a democracia!

ROBERTO SOARES GARCIA é advogado criminal e professor do curso de pós-graduação da GVLaw. Foi diretor vice-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) - **Folha de São Paulo, fevereiro de 2011.**

O jornal de papel e o papel do jornal (NIZAN GUANAES)

SE FOR VERDADE o dito popular de que amigo não é aquele que lhe bajula, mas sim o que lhe diz a verdade, a **Folha**, 90, é uma grande amiga do Brasil. O papa Bento 16 tem uma frase que eu amo: "Quando se trata da verdade, não se negocia um centímetro".

Eu gosto de coisas irredutíveis, como os troncos das árvores sagradas do candomblé. Num mundo que concede tanto, que é tão permissivo, é bom ter gente irredutível. Amo Maria Bethânia porque ela não faz concessões. Roberto Carlos, idem. João Gilberto também.

A **Folha**, a meu ver, é assim. Em vez do ponto de !!!, ela é ponto de ????. É singular porque é plural. É amiga de todos porque não é amiga de ninguém. Não gosto de ficar tomando porrada da **Folha** e espero que ela não faça dessas bordoadas um bordão. Nestes anos todos, mesmo como agência de propaganda do jornal, ele jamais me poupou. Quando Fernando Altério e eu inauguramos o Credicard Hall, naquele vexame de estreia, em 1999, ela nos deu as boas-vindas com o misericordioso título: "Titanic afunda em São Paulo".

E a **Folha** foi a primeira a dar a notícia da minha separação. Só que eu ainda estava casado... Por isso, leitor, não dá pra não ler, pra não seguir, pra não acessar, pra não baixar, pra não tuitar... Eu, particularmente, gosto do jornal de papel. Dizem que ele vai acabar, mas eu duvido. Que os jornais crescerão muito mais na rede, não tenho dúvida. Mas o jornal de papel só vai acabar quando nós, os leitores do jornal de papel, acabarmos. E somos uma raça de leitores obstinada e crescente nos países emergentes.

O jornal de papel tem de ter seu avatar digital. O sujeito acaba a matéria, mas com um clique no avatar ele vê todos os desdobramentos sobre aquela matéria por meio das novas tecnologias.

Ou seja, o sujeito lê a **Folha** de manhã e, por meio do avatar da **Folha**, acompanha o noticiário o dia inteiro, do seu bolso via celular. Modelo de negócios: **Folha** custa tanto, o avatar custa um tanto mais. Essa parte não será fácil, mas a indústria vive uma frenética busca de gestão e de inovação que produzirá mais de uma solução. Já está produzindo. E é muito mais difícil mudar o papel do jornal do que atualizar o jornal de papel.

Após décadas de ditadura e uma economia de filme de terror, os melhores mestres do jornalismo estão nas áreas críticas do nosso país: política e economia.

Os maiores jornalistas brasileiros que eu conheço sabem muito sobre esses dois assuntos que definiram a nossa geração. Mas grande parte deles praticamente não se preocupa com nada mais. Eles

não se preocupam com fofoca, com culinária, com turismo, com esportes para valer, com decoração, com frescuras. Coisas "inúteis", mas essenciais à vida.

E é aí, e não na tecnologia, que o bicho pega.

Eu espero que a **Folha** entenda isso. E convide mães, pais, filhos e filhas para opinarem na **Folha** dos próximos 90 anos. Afinal, foi com o "seu" Frias conversando e ouvindo "os meninos" que nasceu o jornal mais moderno e mais instigante do Brasil.

Nestes dias em que a **Folha** celebra conosco seus 90 anos, termino celebrando o "seu" Frias, o DNA deste jornal. Ele sonhava acordado, com os pés no chão, e influenciou toda uma geração de jovens empreendedores que se seguiram a ele. Vendo um homem já de certa idade, mas com um pensamento tão jovem, nos sentíamos empurrados por aquele peculiar pragmatismo sonhador.

O sonho não acabou. Mas está se transformando. E desse jeito é gostoso envelhecer. Feliz aniversário.

NIZAN GUANAES, publicitário e presidente do Grupo ABC, escreve às terças, a cada 15 dias, nesta coluna - **Folha de São Paulo**, fevereiro de 2011.

Você é a favor de experimentos com animais?



Não - **Mariana Claudia Broens** • Mariana Claudia Broens é professora adjunta (Livre Docente) do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unesp - campus de Marília e bolsista de produtividade junto ao CNPq.

Sim - **Flávio Paranhos** • Médico (UFG) Doutor (UFMG) Research Fellow (Harvard) em O-almologia. Mestre (UFG) e Doutorando (UFSCar) em Filosofia. Professor de Bioética da Graduação em Medicina e do Mestrado em Ciências Ambientais e da Saúde da PUC-GO. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do HC-UFG.

O termo "especismo", criado por Richard D. Ryder, assim como "racismo" ou "machismo", designa um tipo de preconceito baseado em diferenças físicas moralmente irrelevantes. Argumenta Ryder na obra *Revolução animal* que a teoria evolucionária supõe que todas as espécies que coabitam nosso planeta fazem parte de uma complexa organização dinâmica interdependente que resultou de um longo processo de interação organismo/ meio ambiente. Dessa forma, cada espécie compartilha propriedades com outras ao mesmo tempo em que desenvolve estratégias adaptativas adequadas aos diferentes ecossistemas. Apesar das diferenças entre as espécies, há uma continuidade evolucionária e um parentesco biológico entre todos os seres vivos, até mesmo no que diz respeito às suas capacidades cognitivas e sensíveis.

Os estudos da Etologia, a ciência biológica que investiga o comportamento animal, mostram, por exemplo, a relevância da aprendizagem em diversas espécies - seja pela experiência, por tentativa e erro decorrente de resultados bem-sucedidos, seja pela observação e imitação de um modelo de comportamento. No entanto, estamos muito longe de compreender a extraordinária variedade das capacidades desenvolvidas pelas distintas espécies ao longo de sua história evolucionária.

Por exemplo, estudos como os de Giurza (2001) mostram que abelhas podem ser ensinadas a operar com noções tais como "mesmidade" e diferença, contrariando o lugar-comum de que as abelhas estariam evolucionariamente estagnadas. Diante deste e de inúmeros outros exemplos semelhantes,

podemos levantar duas perguntas fundamentais para nossa discussão: somos capazes de demonstrar cientificamente que apenas a espécie humana é dotada de consciência? Ou que unicamente os seres humanos sentem dor, estresse, angústia e medo? Embora ainda não consigamos responder a estas perguntas, ao contrário do entendimento majoritário na comunidade científica, temos mais indícios de que animais são portadores de uma consciência semelhante à humana do que o contrário.

A realização de experiências com animais na pesquisa científica está baseada na suposição de que é eticamente admissível submeter animais não humanos a situações consideradas intoleráveis para seres humanos em razão dos avanços que tais pesquisas propiciam. Parece claro que este entendimento supõe existir uma diferença essencial profunda entre os seres humanos e os demais animais. Mas quando perguntamos em que consistiria essa diferença, as respostas estão baseadas em preconceitos especistas frequentemente ligados a crenças religiosas. Precisamos ter a coragem de reavaliar tais crenças se realmente desejamos manter uma conduta científica eticamente alicerçada.

Um casal de bichos-grilos passeia com seu filhinho numa linda paisagem natural. De repente, a criança é picada por uma serpente venenosa. O casal, então, aprecia a cena candidamente enquanto seu filhinho agoniza até morrer. Chocante? Essa é a intenção. E ilustra até onde os ânimos podem se acirrar na busca de argumentos pró e contra o uso de animais em pesquisa, pois foi imaginada por um "pró" como peça de publicidade na TV. Ressalvado o exagero, entretanto, o casal "contra" foi coerente, pois o soro antiofídico é obtido por meio de injeções do veneno em cavalos.

O argumento essencial que divide pessoas contra e a favor do uso de animais em pesquisa e ensino é que os primeiros enxergam nos animais um fim, enquanto os segundos, um meio. Claro, há divergências pontuais e/ou marginais. Mas, na essência, é isso o que os divide. Para os que não aceitam o uso de animais, estes são como pessoas, estão no mesmo nível, devem ser tratados de igual para igual. E não é moralmente aceitável usar pessoas como meio.

É como se o imperativo categórico kantiano "Age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio" (KANT) valesse para os animais. Aí trocaríamos "humanidade" por "fauna" (admitindo o homem como incluído), ou, mais abrangente ainda, "seres vivos". Para Kant, os seres irracionais "têm apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam coisas, ao passo que os seres racionais se chamam pessoas, porque sua natureza os distingue já como fins em si mesmos."(Idem). E, convenhamos, trata-se de uma obviedade. Faz tanto sentido colocar animais e plantas no mesmo nível moral dos humanos quanto exigir daqueles uma ética.

Considerar animais e plantas meios, e não fins, não significa desprezar seu bem-estar. Hoje há normas de boa prática para uso de animais em ensino e pesquisa que devem ser seguidas. São os chamados três Rs, do inglês reduce, refine, replace, aos quais eu acrescentaria um quarto - relevance. Reduzir o número de animais, refinar as técnicas de anestesia, analgesia e eutanásia, substituir animais superiores por inferiores na escala evolutiva, ou, melhor ainda, por alternativas artificiais, sempre que possível. O quarto R seria de relevância, já que o que se vê hoje nos comitês de ética em pesquisa são trabalhos redundantes e/ou irrelevantes, submetendo homens e animais a estresse inútil.

Enquanto ainda não existirem alternativas para todas as situações em que se utilizam animais para ensino e/ou pesquisa, é uma obrigação moral valerem-nos deles (respeitando os 4 Rs). Os que se opuserem têm a opção de ser coerentes e não vacilar seus filhos, não usar antibióticos, colírios, analgésicos, anestésicos e, no limite, podem assistir impassíveis seu filhinho morrer de uma picada de cobra.

Revista Filosofia, fevereiro de 2011.

Perturbações da mente (LÚCIO PACKTER)

É a partir da outra pessoa que teremos um parecer sobre o que pode vir a ser uma perturbação da mente. Perturbação, algo que agita, acelera, destoa do restante, causa danos, alterações nocivas. Colocada a definição, temos imediatamente problemas; pois, consideremos que no final do ano o administrador da empresa esteja com muito trabalho, que necessite aumentar o ritmo de suas ideias, de sua rotina, de sua vida para cumprir o que é solicitado até o fechamento dos trabalhos estipulados pela diretoria. Este homem poderá estar aparentemente sob uma perturbação, mas aqui ele deliberadamente, e de modo organizado, sabe que esta agitação é parte pertinente, cabível, natural de um todo. Como filósofo, entendo que este todo pode ser, ao final dos cálculos, a perturbação; mas não é este o objetivo do nosso escrito neste momento.

A questão é que para sabermos se existe de fato uma perturbação, pelos métodos da Filosofia Clínica, consideraremos a historicidade da pessoa. Na historicidade encontraremos a jornada existencial da pessoa até o momento do episódio que pode ser uma perturbação da mente. Estudaremos os movimentos de ansiedade, de recuo, de aprendizagens, de questionamentos e muitos outros elementos ligados a aspectos importantes para a pessoa. Isso apontará para a natureza da perturbação pela qual a pessoa passa e o que é uma perturbação para ela.

Muitas vezes, a pessoa que atravessa uma forte perturbação mental pode ignorar sua situação, pode causar estranheza aos que estão próximos e que já perceberam que as coisas não estão bem. Algumas pessoas, se mostrássemos diretamente a elas nossa opinião pelo que presenciamos, por suas agitações, problemas graves e nítidos, talvez se irritassem ou se magoassem conosco; isso, neste caso, porque não sabem o que está acontecendo, porque desconhecem o tumulto que lhes assola a alma.



Mas como é possível alguém passar por algo tão grave, por um abalo existencial intenso, sem se dar conta disso? Quais são os fenômenos que colaboram para este efeito?

Inicialmente, a intensidade e a dramaticidade de um evento não constituem necessariamente condição

para que desperte a atenção de algumas pessoas. Para alguns, é a sutileza e a brisa suave dos acontecimentos os fatores que dão destaque e lhe anunciam os acontecimentos. É por isso que muitas crises passam invisíveis a muitos que a vivem. Certa ocasião, atendendo a uma senhora em São Luís, ela me disse o seguinte: "Eu soube que tinha tido uma depressão dez anos depois de ficar bem. Não notei nada de errado comigo. Hoje eu acredito que não saber que tinha uma depressão me ajudou muito a criar meus filhos. Não sei se eu teria conseguido se soubesse que estava tão doente".

Outro fator diz respeito a não prestar atenção significativa à historicidade vivida. Algumas pessoas não consultam seus acervos existenciais, não retornam a eles para consulta e verificação, para reviver lembranças, nem mesmo para divagar por qualquer diletantismo. Consultam sua biblioteca existencial eventualmente. Tais pessoas podem não saber vincular a turbulência atual com eventos anteriores ou com projetos anunciados para um futuro, e, como não relacionam os elementos, não sabem dimensionar a perturbação pela qual transitam. Podem estar subjetivamente péssimas, desconfortáveis no mundo, e podem não ter qualquer ideia disso, o que não quer dizer que não sofram e não padeçam de suas mazelas.

Outro aspecto está relacionado aos ajustes que uma estruturação interna promove. Vejamos isso: nossa mente possui uma organização, uma estruturação moldada ao longo de nossas vidas, e vários ajustes são realizados em espaços regulares de tempo. Às vezes, uma depressão, uma crise aguda denominada "surto psicótico", um estresse que leva a pessoa a uma tentativa de suicídio, um desliz no casamento podem ser ajustes de aspectos existenciais que vinham se acumulando, entrando em conflito, silenciosamente. No corpo temos eventos insidiosos como hipertensão, silenciosos e perigosos; na alma, temos eventos às vezes semelhantes que desembocam em perturbações graves e súbitas. Neste sentido, as perturbações da alma podem ser ajustes importantes, necessários, produtores e, por que não, recomendáveis do ponto de vista existencial. Abortar estas manifestações com psicoterapia, fármacos e religiosidade pode ocasionar uma derrocada geral dos processos em andamento. Perturbações graves, em muitos casos, devem ser administradas, e não debeladas.

Mas outros dados aparecem na pesquisa de um filósofo clínico e que identificam por que uma grave perturbação não é acusada pela pessoa que a vive. Um exemplo usual é que no calor dos acontecimentos, determinadas pessoas não conseguem parar para reparar no que se passa; estão muito ocupadas vivendo e, para elas, viver e explicar o que vivem são coisas diferentes.

Há anos atendi a um senhor que de dócil e servil tornou-se agressivo e ácido em seus comentários, e a transformação ocorreu em poucas semanas. Em sua historicidade, apareceram algumas explicações para a sua metamorfose, a principal delas apontando para um modo de ser que, para ele, era razoável diante da situação que vivia. Na estrutura do pensamento daquele homem, como sua modificação era algo razoável, em nenhum momento entendeu que seu comportamento merecia exclamação de quem estivesse com ele.

Enfim, perturbações da mente são, em minha opinião, algumas das características de nossa época. São aspectos que, entre outros, formam nossa identidade.



Lúcio Packter é filósofo clínico e criador da Filosofia Clínica. Graduado em Filosofia pela PUC-FAFIMC de Porto Alegre (RS), é coordenador dos cursos de pós-graduação em Filosofia Clínica da Universidade Moura Lacerda, em Ribeirão Preto (SP), e da Faculdade de Filosofia São Miguel Arcanjo, em Anápolis (GO). luciopackter@uol.com.br
Revista Filosofia, fevereiro de 2011.

Marco regulatório da comunicação: a batalha no Congresso (VENÍCIO LIMA)

Ainda não se conhece sequer o pré-projeto de marco regulatório para as comunicações eletrônicas que o governo Dilma promete enviar ao Congresso Nacional (no segundo semestre?), mas deputados e senadores já explicitam suas posições para a eventual disputa que se antecipa.

É inevitável um forte sentimento de déjà vu, nada animador. Lembra-nos das velhas batalhas, por exemplo, da Constituinte de 87-88. Em alguns casos, lá estão, ainda hoje, os mesmos atores, com o mesmo discurso, na defesa dos mesmos velhos interesses.

Velhos concessionários

[Matéria da Agência Câmara](#) revela dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) indicando que, na atual legislatura, existe uma bancada de, pelo menos, 60 parlamentares proprietários, acionistas ou ligados a emissoras de rádio e/ou televisão. Se forem contabilizados proprietários diretos e indiretos (parentes e outros), esse número passa dos 100, vale dizer, cerca de um quinto do total de deputados.

Seria ingenuidade acreditar que esses deputados-concessionários não atuarão em defesa de seus interesses como empresários de comunicação e como detentores do poder de construção da agenda pública em suas respectivas cidades e/ou regiões eleitorais. Muito provavelmente eles estarão – como sempre estiveram – na CCTCI, por onde obrigatoriamente passa qualquer proposta legislativa referente às comunicações.

Caso emblemático

A matéria já referida da Agência Câmara traz, por exemplo, a posição de um velho conhecido daqueles que acompanham a história da regulação das comunicações no país, o deputado Arolde de Oliveira (DEM-RJ).

Concessionário de uma emissora de rádio no Rio de Janeiro, como presidente da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação na Constituinte, ele liderava um grupo de parlamentares vinculados, direta ou indiretamente, a empresas de rádio e/ou televisão, como os deputados Arnaldo Fioravante, PDS-SP (Rede Capital de Comunicações); Fausto Rocha, PFL-SP; (Sistema Sílvio Santos); José Carlos Martinez, PMDB-PR (Organizações OEME, TV Carimã-PR); José Elias, PTB-MS (TV Mato Grosso); Mendes Ribeiro, PMDB-RS (RBS –Rede Brasil Sul de Comunicações); Paulo Marques, PFL-PE (TV Tropical-PE), além do irmão e do filho do ministro das Comunicações à época, Antonio Carlos Magalhães.

Foram esses constituintes que, com a ajuda de outros três parlamentares do PMDB (Onofre Corrêa, MA; Aluízio Vasconcelos, MG; e Roberto Vital, MG) e um do PDS (Francisco Diógenes, AC), derrotaram o relatório que continha as propostas de democratização do setor preparado pela deputada jornalista Cristina Tavares (PMDB-PE), na Subcomissão (cf. "[A Comunicação na Constituinte de 87/88](#)").

Quase vinte e três anos depois, o mesmo deputado Arolde de Oliveira (DEM-RJ), se declara contra um marco regulatório e contra a proibição de que políticos no exercício do mandato sejam concessionários. Afirma: "Não temos que reinventar a roda (em relação à legislação), temos que corrigir problemas, sem mexer nas conquistas" (...).

"Por que (um parlamentar) não pode ter (concessões de rádio e/ou televisão)? O político tem mandato temporário, ele entra e sai. E ele pode não ter a propriedade da emissora, mas ela pode estar em mãos de uma pessoa de sua confiança". "Se o político que tem rádio tem facilidade para se eleger, o político que tem dinheiro também tem. Essa é uma discussão ideológica".

E os deputados não concessionários?

Por outro lado, o líder da bancada majoritária na Câmara dos Deputados, Paulo Teixeira (PT-SP), parece ter plena consciência do que virá pela frente ao afirmar:

"A bancada de radiodifusão é cerca de 1/5 do Congresso, mas resta 4/5, e não quer dizer que este 1/5 seja todo contrário a mudanças, se elas forem boas para o País".

Além disso, os primeiros sinais de articulação de deputados alinhados ao governo Dilma no sentido da aprovação de um marco regulatório para as comunicações eletrônicas começam a ser dados. Os deputados Emiliano José (PT-BA) e Luiza Erundina (PSB-SP), estão articulando a criação de uma "Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação" exatamente com o objetivo de promover a discussão em torno do projeto que deve vir. O texto preliminar do Manifesto de lançamento dessa Frente foi divulgado no dia 22 de fevereiro (ver abaixo).

O debate e a disputa em torno de idéias e interesses são próprios da democracia, sobretudo, no Congresso Nacional. O que se espera, todavia, é que, quase 23 anos depois da Constituinte de 87/88, avancemos no sentido do pleno estabelecimento do direito à comunicação e não prevaleça, ainda uma vez mais, o interesse de grupos empresariais concessionários do serviço público de radiodifusão. A ver.

Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular

A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação é uma iniciativa de membros da Câmara dos Deputados, em parceria com entidades da sociedade civil, que visa a promover, acompanhar e defender iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão e do direito à comunicação. O direito à liberdade de expressão, previsto no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos artigos 5º e 220 da Constituição Federal, enfrenta hoje dois tipos de obstáculos que justificam e reforçam a necessidade desta Frente Parlamentar.

O primeiro está na existência de ações de órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e de entes privados que visam a cercear o exercício dessa liberdade pelos seus beneficiários, ou seja, os cidadãos e cidadãs brasileiros. É preciso que se tomem iniciativas e se criem mecanismos permanentes, inclusive no âmbito do Parlamento, para denunciar e combater esse tipo de ação.

O segundo obstáculo está na ausência de regulação e políticas públicas que promovam e garantam a liberdade de expressão e o direito à comunicação. Hoje, as condições para o exercício dessa liberdade são muito desiguais, já que os canais de mídia, elementos-chave para a efetivação desse direito, estão nas mãos de alguns grupos econômicos cuja prática impõe sérios limites à efetivação da liberdade de expressão do povo brasileiro e é fortemente marcada pela prevalência de interesses privados em detrimento do interesse público. Portanto, não basta denunciar e combater ações contrárias à liberdade de expressão; é preciso propiciar meios para que todos os cidadãos e cidadãs tenham condições de exercê-la. Assim, enquanto houver dificuldades ou impedimentos econômicos, culturais, sociais, técnicos e políticos para o exercício deste direito, é dever dos Poderes Executivo e Legislativo desenvolver ações no sentido de garantir que o maior número de cidadãos possa produzir, disseminar e acessar informações e cultura.

De outra forma, a promoção dos direitos à liberdade de expressão e à comunicação é condição para o pleno exercício da democracia no país. Se os meios de comunicação são os principais instrumentos de circulação de ideias e valores na sociedade brasileira, espaço essencial de consumo de informação e cultura pelos cidadãos e cidadãs, devem então refletir a pluralidade e a diversidade da sociedade, pré-requisito da verdadeira democracia.

A realidade dos meios de comunicação mudou muito nas últimas décadas, especialmente pelo surgimento da internet e a efetivação da convergência digital, nos seus aspectos técnico, comunicacional e empresarial. Com a mudança dessa realidade, alteram-se também os obstáculos, e, por sua vez, requerem-se respostas adequadas a esse novo cenário. Hoje, pensar a universalização do acesso à internet, por exemplo, é tão essencial à liberdade de expressão e ao direito à comunicação, quanto o é à promoção da diversidade de conteúdo no rádio e na televisão.

A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação reúne parlamentares e organizações da sociedade civil comprometidos com valores democráticos e se propõe a atuar tendo como base os objetivos acima referidos, observando a complementaridade, indivisibilidade, interdependência e não hierarquização dos direitos humanos. Assim, ela reconhece, conforme prevê o artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que o exercício da liberdade de expressão está sujeito a responsabilidades ulteriores (ou seja, a posteriori), especialmente quando o que foi dito representar violação de outros direitos humanos. Essa condição não deve criar precedentes para nenhum tipo de censura prévia, seja ela governamental ou judicial, mas precisa ser

observada no sentido de proteger a dignidade da pessoa humana, especialmente a de grupos vulneráveis como crianças e adolescentes, mulheres, negros e negras, indígenas, população LGBTT e pessoas portadoras de deficiência.

A atuação da Frente se baseia em iniciativas já em curso no Congresso Nacional e em novas ações propostas por seus integrantes, levando em consideração estudos anteriormente realizados por comissões da Câmara e do Senado e propostas elaboradas por entes de todos os setores da sociedade civil, sobretudo as aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação.

Entre os objetivos específicos da Frente Parlamentar estão, sem prejuízo de outros, os seguintes:

- * defender os princípios constitucionais relativos ao tema, especialmente aqueles previstos nos artigos 5º e 220 a 224 da Constituição Federal;
- * lutar contra qualquer tipo de ação direta ou indireta de censura prévia de caráter governamental ou judicial;
- * contribuir para a regulamentação dos artigos 220, 221 e 223 da Constituição Federal, que tratam da proibição de monopólios e oligopólios no rádio e na TV; da existência de mecanismos de defesa contra programações que violem os dispositivos constitucionais; da preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas no rádio e na televisão; da regionalização da programação e do estímulo à produção independente; e da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal;
- * defender a ampliação do acesso da população à banda larga, garantindo a universalização do serviço, preços acessíveis e qualidade do serviço ofertado;
- * trabalhar pela liberdade na internet, tendo como parâmetros a proteção à neutralidade de rede e ao direito à privacidade e à liberdade de expressão;
- * defender a ampliação da participação popular no acompanhamento e regulação do sistema de comunicações;
- * defender transparência, regras e procedimentos democráticos em outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações de rádio e TV;
- * contribuir para o fortalecimento do sistema público de comunicação, inclusive rádios e TVs comunitárias;
- * defender os direitos de grupos vulneráveis como crianças e adolescentes, mulheres, negros e negras, indígenas, população LGBTT e pessoas portadoras de deficiência, no tocante às questões de comunicação;
- * defender políticas de incentivo à pluralidade e à diversidade em todos os meios de comunicação, com especial observância à diversidade regional e cultural brasileira;
- * incentivar a produção, distribuição e acesso a conteúdo produzido no Brasil por empresas e organizações brasileiras;
- * contribuir para o fortalecimento de pesquisa e adoção de tecnologias nacionais nas diversas etapas da cadeia produtiva das comunicações;
- * estimular medidas que fortaleçam a educação para a prática e a leitura da comunicação, de maneira formal e informal, entre os estudantes do ensino fundamental e médio.

A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação coloca-se, assim, como um instrumento do parlamento e da sociedade civil brasileira para a ampliação do exercício desses direitos e para o fortalecimento da democracia.

VENÍCIO LIMA é professor titular de Ciência Política e Comunicação da UnB (aposentado) e autor, dentre outros, de *Liberdade de Expressão vs. Liberdade de Imprensa – Direito à Comunicação e Democracia*, Publisher, 2010.

Metade das escolas do país tem ensino religioso - DE SÃO PAULO

"O que são as histórias da Bíblia? Fábulas, contos de fadas?", pergunta a professora do 3º ano do ensino fundamental. "Não", respondem os alunos. "São reais!" A cena, numa escola pública de Samambaia, cidade-satélite de Brasília, precede aula sobre a criação do universo por Deus em sete dias. O colégio é um dos 98 mil do país (entre públicos e particulares) que ensinam religião. As informações são de reportagem de **Angela Pinho** publicada na edição deste domingo da **Folha** ([íntegra](#) disponível para assinantes do jornal e do UOL).

O número começou a ser levantado em 2009, no censo da educação básica feito pelo Inep (instituto ligado ao MEC). Ao todo, metade das escolas do país tem ensino religioso na grade curricular.

O fundamento está na Constituição, que determina que a disciplina deve ser oferecida no horário normal da rede pública, embora seja opcional aos estudantes. Escolas particulares não precisam oferecê-la, mas, se assim decidirem, podem obrigar os alunos a assistirem às aulas.

Não há, porém, uma diretriz nacional sobre o conteúdo - a lei proíbe só que seja feita propaganda religiosa e queixas devem ser feitas aos conselhos de educação. Assim, Estados e municípios adotam formatos diversos. Uns põem religiosos para dar as aulas; outros, professores formados em história, pedagogia e ciências sociais. É o caso do DF, onde a orientação é que não haja privilégio a um credo - embora a aula em Samambaia possa ser considerada controversa.

Casal de ateus faz acordo e escola libera filhos de aula - DIMITRI DO VALLE, DE CURITIBA

Os pais de dois alunos de Pranchita, no interior do Paraná, fizeram um acordo com a direção da escola pública onde os filhos estudam para que eles deixassem de frequentar as aulas de religião.

A professora Eliane Lambert Junkes, 26, e o marido, o caminhoneiro Alberi Junkes, 40, são ateus e defendem o direito de os gêmeos, de sete anos de idade, não serem 'doutrinados' sobre a existência de Deus.

Marcos Labanca/Folhapress



Os gêmeos Marco Antonio, João Antonio leem em casa; família fez acordo com escola para libera-los da aula de religião

A mãe de Marco Antônio e João Antônio não admite que as aulas de ensino religioso comecem com uma oração nem que Deus seja tratado como uma entidade real e superior, que zela pela humanidade e tem poderes para julgar as ações dos homens.

O acordo foi feito no ano passado - as crianças foram às aulas por quase três anos - e permitiu que, nesse horário, os meninos frequentem a biblioteca. Eliane diz que a decisão foi amigável. 'Não quero que eles sejam doutrinados a crer. Ninguém precisa ser bom na vida porque tem alguém superior olhando. As pessoas devem ser boas porque isso é correto', afirma a professora. Eliane acredita que os filhos, quando amadurecerem, poderão adquirir conhecimento suficiente para decidir qual papel a religião terá em suas vidas. 'Quando eles crescerem, teremos condições de

conversar melhor', diz.

HISTÓRIA DAS RELIGIÕES

A mãe dos garotos afirma que, se as aulas tivessem outro tipo de abordagem, como a história das religiões, não se oporia ao aprendizado. 'A história das religiões é importante para contar o processo de formação do homem. Jamais vou privar meus filhos do conhecimento, mas não é o que acontecia na escola', afirma.

Procurado pela **Folha**, o diretor da Escola Municipal Márcia Canzi Malacarne, Everaldo Canzi, declarou que não daria entrevista por telefone porque considera o tema 'complexo e amplo'. Ele negou, no entanto, que as aulas tenham o objetivo de 'doutrinar' os alunos a crer e disse que a 'diversidade das crianças é respeitada'.

Lucas Rocha